



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool, outras Drogas e Dependências – COMAD

Ata nº 05/2025 - Reunião Extraordinária

10/06/2025

Ao décimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, aconteceu a reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool, outras Drogas e Dependências – COMAD, de forma presencial. Estavam presentes os(as) seguintes conselheiros(as): Katiane Figueiredo (Secretaria Municipal de Saúde); Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação); Greice Dutra (Vigilância Sanitária); Joelson Andreza Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social); Mariane Martins Pescador (Procuradoria-geral do Município); Francisco Guimarães da Rosa (Lions Club); Vânio de Oliveira (Federação de Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina – FECOTESC); Alba de Souza Schmitz (Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS de Criciúma – GAPAC). Convidados(as): Débora Goulart Acacio (Secretaria Municipal de Saúde). A Presidente Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação) iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou Débora Goulart Acacio, enfermeira do CAPS AD, que assumirá a titularidade da vaga da Secretaria Municipal de Saúde no Conselho, em substituição à conselheira Grasiela Deboita Gregório, que se desligou por motivos pessoais e de saúde. A convidada Débora participou da reunião como ouvinte, pois o decreto de nomeação ainda não havia sido publicado, sendo acompanhada pela conselheira suplente Katiane Figueiredo (Secretaria Municipal de Saúde). Destacou-se a importância do CAPS AD e a intenção de incluir uma cadeira específica para o serviço na composição do Conselho. Na sequência, a Presidente informou que a pauta da reunião já estava definida, mas comunicou ao conselheiro Vânio de Oliveira (Federação de Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina – FECOTESC) que sua solicitação de fala seria inserida no item “Assuntos Gerais”. O conselheiro Vânio solicitou prioridade devido à necessidade de se ausentar antes do encerramento. A Presidente acolheu o pedido e comprometeu-se a adiantar os pontos prioritários da pauta, concedendo-lhe a palavra em seguida. A Presidente informou que a comissão responsável pela revisão da Lei do COMAD está em andamento e que a vaga que pertencia à Secretaria de Saúde estava em aberto e seria substituída. A Presidente sugeriu que Débora passe a integrar a Comissão de Legislação, antes representada pela conselheira Grasiela. Ressaltou-se que essa comissão é responsável por revisar as leis e os documentos antes de sua submissão ao plenário. A conselheira Mariane Martins Pescador (Procuradoria-geral do Município) relatou que, por se tratar de uma legislação extensa, foi decidido que a análise ficará restrita à parte que trata da atuação do COMAD. As demais seções da lei, relacionadas a outras secretarias, serão tratadas por meio de ofícios endereçados às Secretarias da Saúde e da Educação, para que verifiquem a necessidade de revisão dos respectivos dispositivos legais. A conselheira Greice Dutra (Vigilância Sanitária) apoiou a iniciativa e informou que já havia iniciado um levantamento de artigos que envolvem tanto a Vigilância Sanitária quanto a Educação, comprometendo-se a compartilhar esse material



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

3

4

com a comissão. A conselheira Mariane reiterou que o ofício visa formalizar o posicionamento do COMAD, destacando que a revisão dos demais artigos não será conduzida pelo Conselho. A Presidente informou que a conselheira Milani Del Priori (ABADEUS), esteve em reunião recente na Câmara de Vereadores e dialogou com alguns parlamentares sobre a proposta de alteração legislativa. Os vereadores manifestaram apoio à tramitação do projeto, comprometendo-se a incluí-lo na pauta assim que for submetido oficialmente e comentou sobre a criação do Fundo Municipal, considerada uma das partes mais sensíveis da proposta. Foi sugerido um contato com a Secretaria da Fazenda para tratar do tema, tendo em vista os aspectos técnicos e orçamentários envolvidos. A Presidente comentou que a comissão continuará reunindo-se nas próximas semanas para finalizar o texto e dar seguimento aos trâmites legais. Após, a Presidente tratou sobre a inserção do COMAD em eventos promovidos pelas diversas secretarias e entidades representadas no Conselho. Ressaltou a importância de participar das ações que promovam o bem-estar, considerando que este está diretamente relacionado à prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Destacou que, muitas vezes, ao se abordar diretamente o tema "álcool e drogas", pode haver resistência, o que reforça a necessidade de adotar uma linguagem e abordagem voltadas à promoção da saúde e qualidade de vida. Nesse sentido, foi proposto que cada secretaria e entidade mapeie os eventos planejados para os próximos meses, buscando identificar possibilidades de inserção do COMAD. Como exemplo, foi citado o "Junho Branco", mês alusivo ao combate às drogas, e sugeriu que a Secretaria de Saúde informe quais ações estão previstas neste período. A conselheira Katiane informou que, atualmente, a equipe da saúde mental está passando por reestruturações e que as ações ainda não estão bem definidas. A convidada Débora complementou, destacando que mudanças nos colaboradores têm dificultado o planejamento, mas reconheceu a importância da articulação em rede, principalmente no que se refere ao matriculamento nas unidades de saúde e ao enfrentamento do abuso de substâncias. O conselheiro Vânio ponderou que, embora o discurso sobre bem-estar seja importante, é necessário manter o foco no problema central, que é o uso de álcool e outras drogas. A Presidente esclareceu que a proposta não é evitar o tema, mas sim ampliar o espaço de atuação do COMAD, integrando ações que dialoguem com a saúde mental, a promoção da qualidade de vida e o envolvimento comunitário. O conselheiro Joelson Andreza Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social) sugeriu que, por exemplo, eventos realizados pelos CRAS, como festas juninas e outros eventos de lazer, poderiam incluir material informativo do COMAD, considerando que essas ações ocorrem em territórios onde os problemas relacionados às drogas são mais presentes. A Presidente concordou e reforçou que o Conselho deve buscar inserção nesses momentos, ainda que não sejam eventos diretamente voltados à pauta de álcool e drogas. A convidada Débora mencionou também a relevância da atuação durante o "Setembro Amarelo", destacando a alta incidência de tentativas de suicídio entre usuários atendidos pelos CAPS, o que evidencia a ligação entre o uso de substâncias e a saúde mental. A Presidente enfatizou a importância de o COMAD estar presente em espaços públicos e eventos diversos, buscando fortalecer sua representatividade e visibilidade, especialmente frente a outras instâncias e conselhos que já ocupam esses espaços. Informou que o Conselho está



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

5

6

passando por uma reformulação de sua identidade visual e que pretende buscar recursos para a confecção de um banner institucional. Afirmou que o COMAD deve utilizar os materiais já disponíveis, como folders, para garantir presença institucional nos eventos. Foi proposto que seja organizado um simpósio no segundo semestre, cuja data será definida pela comissão e apresentada na próxima plenária. Também foi discutida a necessidade de mapeamento de eventos, rede de atendimento e fluxos institucionais por parte das entidades e secretarias, com a proposta de que, a cada reunião um governamental e um não governamental se comprometessem a apresentar seu planejamento de ações. O conselheiro Francisco Guimarães da Rosa (Lions Club) explicou que o ano leonístico se encerra em junho, e que uma nova diretoria assumirá os trabalhos em breve. Informou que os planejamentos da próxima gestão ainda precisam ser aprovados em reunião, mas que, tão logo estejam definidos, se colocará à disposição para apresentá-los ao COMAD. A conselheira Greice informou que as ações do setor normalmente são realizadas em parceria com outros órgãos e mediante solicitações externas, mas se comprometeu a apresentar os dados e atividades da vigilância relacionados à fiscalização e saúde pública. A Presidente sugeriu que a Secretaria Municipal de Saúde seja a responsável por uma das apresentações na próxima reunião, como forma de fomentar o planejamento institucional. Afirmou que essas provocações são importantes para estimular a atuação das secretarias no enfrentamento das questões relativas ao uso de substâncias. Após, apresentou brevemente o planejamento do COMAD para o segundo semestre, com foco na temática de álcool e outras drogas. Dentre as propostas, destacou a intenção de realizar uma pesquisa sobre o uso de substâncias entre adolescentes, inicialmente voltada às escolas da rede municipal de ensino. Informou que a ideia é desenvolver um questionário simples, com cerca de cinco perguntas, voltado para estudantes do 8º e 9º ano, abordando informações como sexo, idade, se há uso de substâncias na família, se já experimentaram alguma substância e com que frequência. Ressaltou que a proposta é que a iniciativa seja conduzida pelo próprio COMAD, com o objetivo de gerar dados relevantes que subsidiem a formulação de políticas públicas, bem como sua posterior divulgação. A metodologia pensada inicialmente contempla a aplicação da pesquisa via formulário online (Google Forms), garantindo maior privacidade e, possivelmente, mais sinceridade nas respostas. Durante o debate, conselheiros manifestaram dúvidas quanto à anonimidade das respostas via Google Forms. A conselheira Mariane afirmou acreditar que a ferramenta permite anonimato, e a Presidente se comprometeu a verificar a viabilidade técnica para garantir essa característica, uma vez que considera essencial que os respondentes se sintam confortáveis e seguros ao participar. Também foi questionado sobre a necessidade de submissão da pesquisa a um comitê de ética, especialmente por envolver menores de idade e tratar de temas sensíveis. A Presidente informou que buscará orientação com o setor jurídico da Secretaria Municipal de Educação e também com o COMEC (Conselho Municipal de Educação de Criciúma), visando obter a devida anuência para a realização da pesquisa em larga escala. A convidada Débora sugeriu que, além das escolas municipais, o CAPS Infantojuvenil também poderia ser incluído na proposta de pesquisa, uma vez que atende adolescentes com transtornos mentais e também casos de uso de substâncias psicoativas. O



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

7

8

conselheiro Joelson sugeriu uma metodologia de aplicação mais privada e estruturada, comparável a uma “cabine de votação”, para garantir maior sigilo e autenticidade nas respostas. A Presidente avaliou positivamente a sugestão e destacou que o questionário seria simples e de rápida resposta. Foi debatida a faixa etária envolvida: adolescentes entre 12 a 14 anos de idade. Sugeriu-se que a coleta de dados também permita observar se algum participante estiver fora da faixa prevista. A Presidente destacou que, para evitar que os respondentes identifiquem a escola à qual pertencem, será possível omitir o nome da instituição nos formulários entregues aos alunos, registrando essa informação apenas internamente ao final da coleta. Isso possibilitará análises por escola, bairro e região, contribuindo para ações direcionadas também pelas unidades de saúde. O conselheiro Francisco comentou que a proposta marca um passo inicial importante para estudos mais aprofundados na área, e a Presidente afirmou que contará com o apoio do Conselho para o desenvolvimento da iniciativa. Sugeriu-se que seja aplicada também uma pesquisa voltada aos professores, para que se registre a percepção dos docentes sobre o uso de substâncias entre os alunos, sem identificar os estudantes individualmente, mas apontando estimativas e índices observados em sala de aula. A Presidente concordou que isso pode revelar omissões nas respostas dos estudantes e permitir uma análise comparativa mais consistente. Contudo, ponderou que, devido ao número elevado de escolas e estudantes da rede municipal — aproximadamente 22 mil alunos distribuídos em 64 unidades escolares —, a pesquisa com professores poderá ser considerada em uma segunda etapa. Foi apontado que a Residência Multiprofissional em Saúde Mental da UNESC pode ser uma parceira estratégica, com potencial para incentivar professores e residentes a explorarem mais profundamente a temática das substâncias em seus projetos acadêmicos. A convidada Débora reforçou a relevância dessa articulação, relatando sua experiência no CAPS AD e observando que, em quase dois anos de atuação, apenas dois residentes demonstraram interesse direto em pesquisa relacionada à temática, o que evidencia certo distanciamento. Considerou que essa lacuna pode ser revertida com maior incentivo ao tema dentro das salas de aula e nos projetos das residências, contribuindo para a produção de conhecimento e para a atuação prática nas políticas públicas. A Presidente reforçou se todos os membros presentes estavam de acordo com a realização da pesquisa e reiterou que se trata de uma iniciativa que exigirá tempo, dedicação e não será de execução imediata. Na sequência, informou que havia incluído na pauta a divulgação do curso de formação continuada para conselheiros, lembrando que o link havia sido compartilhado no grupo do conselho. A Presidente garantiu que, caso o curso disponibilize materiais posteriormente, os mesmos serão compartilhados com todos os membros do COMAD. Considerou a proposta do curso bastante relevante, uma vez que se trata de uma formação voltada especificamente para conselheiros do COMAD, com o objetivo de fortalecer o colegiado. Foi informado que o curso teria início no dia 12 (doze) de junho, com encerramento em 3 (três) de julho. A Presidente informou que, antes de passar a palavra ao conselheiro Vânio, faria um breve contexto sobre o tema que seria abordado. A Presidente pontuou que o fato em questão refere-se à interdição ocorrida na instituição *Desafio Jovem*, no mês anterior, da qual o COMAD tomou conhecimento inicialmente por meio da circulação de vídeos. E então, foi solicitado, de forma oficial,



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

9

10

175 o envio de informações pela Vigilância Epidemiológica, com o objetivo de compreender
176 melhor os acontecimentos. Assim, a Presidente considerou importante oportunizar a fala
177 ao conselheiro, mas fez um apelo para que o diálogo fosse conduzido com respeito.
178 Ressaltou que o Conselho é composto por representantes de diferentes instituições,
179 inclusive da Vigilância Sanitária e da própria instituição mencionada, sendo essencial
180 manter uma postura ética, evitando ataques pessoais ou institucionais. O conselheiro
181 Vânio, então, relatou que estava de posse do documento referente à interdição cautelar
182 do Desafio Jovem de Criciúma, ocorrida em 23 (vinte e três) de maio de 2025. Solicitou
183 que os presentes acompanhassem as imagens anexadas enquanto ele explicava o
184 conteúdo. Informou que o documento havia sido entregue a 19 (dezenove) instituições
185 como forma de defesa da entidade. Ressaltou que a interdição foi a primeira em 40
186 (quarenta) anos de funcionamento, mesmo diante de fiscalizações anteriores mais
187 rigorosas. Destacou que todas as documentações estavam válidas na data da interdição,
188 incluindo alvarás da prefeitura, bombeiros, CNDs, e registros nos conselhos de saúde.
189 Declarou que a ação contou com a presença da Vigilância Sanitária, do Conselho
190 Municipal de Saúde e da Secretaria de Assistência Social, passando a impressão de que
191 a interdição já estava definida antes mesmo da vistoria. Disse que a fiscalização não
192 encontrou contenção física ou medicamentosa, maus-tratos ou falta de alimentação, e
193 que os problemas apontados em vídeo divulgado nas redes sociais foram distorcidos.
194 Explicou que as imagens do vídeo mostravam áreas como a ferramentaria e o depósito,
195 e não os dormitórios reais da entidade. Relatou que alimentos mostrados como
196 impróprios estavam separados para descarte e não seriam servidos. Criticou o fato de os
197 internos terem sido redirecionados a locais inadequados, como hotéis, e questionou se
198 houve acompanhamento posterior por parte dos órgãos responsáveis. Relatou que
199 alimentos em condições apropriadas também foram retirados da instituição, mesmo com
200 comprovação de validade. Ressaltou o impacto negativo da divulgação do vídeo,
201 mencionando possíveis motivações políticas, e reafirmou o compromisso da entidade
202 com o atendimento humanizado e digno aos dependentes químicos, inclusive acolhendo
203 casos encaminhados por CAPS, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social
204 sem ônus ao poder público. Também expressou sentimento de injustiça e destacou a
205 importância do serviço prestado pela instituição para a comunidade. O conselheiro
206 Vânio enfatizou que sua atuação é voluntária e sem remuneração, motivada
207 exclusivamente por compromisso pessoal e histórico com a instituição, a qual fundou e
208 à qual se dedica há décadas. Reforçou que mais de 3 (três) mil pessoas já passaram pelo
209 processo de reabilitação na entidade. Ressaltou sua trajetória política e administrativa no
210 município e no estado, mencionando cargos como vereador, secretário municipal,
211 diretor da CODEPLA, deputado estadual e secretário adjunto. Criticou a forma como o
212 vídeo foi divulgado, causando-lhe profundo constrangimento pessoal e profissional, ao
213 ponto de relatar que se sentiu socialmente isolado. Acrescentou que começou a se
214 recuperar apenas recentemente, ao retomar os trâmites de envio de documentos e
215 esclarecimentos. Questionou a necessidade da interdição, argumentando que, mesmo
216 diante de apontamentos como a presença de ratos ou alimentos inadequados, todas as
217 providências já haviam sido tomadas. Reforçou que o local foi limpo, os alimentos
218 descartados e os ambientes organizados, onde foi feita a contratação de uma empresa de



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

11

12

219 desratização, com serviço anual realizado conforme protocolos sanitários. A Presidente
220 questionou se os critérios de adequação já haviam sido revisados. A conselheira Greice
221 respondeu que foi realizada uma nova inspeção na quarta-feira anterior e que ainda
222 havia pendências, as quais seriam detalhadas por escrito e entregues diretamente ao
223 conselheiro Vânio. Explicou que, após a correção desses pontos, poderá ser feita nova
224 vistoria para reavaliação e eventual desinterdição. O conselheiro Vânio argumentou que
225 todas as correções já foram efetuadas, como pintura de paredes, substituição de pisos e
226 higienização de ambientes, e que a estrutura se encontra pronta para acolher novamente
227 os internos. Ressaltou ainda que os dormitórios estão devidamente organizados, com
228 roupas de cama lavadas e protegidas, e mencionou as dificuldades enfrentadas no
229 controle de alguns internos, especialmente em relação a furtos e danos ao patrimônio.
230 Diante disso, reiterou que a interdição já não se justifica, pois as irregularidades foram
231 sanadas. A conselheira Greice reforçou que a defesa apresentada está sendo considerada
232 e que uma nova vistoria será agendada após o cumprimento das últimas exigências
233 identificadas. Mencionou ainda que recebeu do setor jurídico um novo documento
234 protocolado, o qual também será analisado. O conselheiro Vânio destacou que a
235 instituição se encontra pronta para retomar as atividades, com estrutura adequada,
236 alimentação regular e espaços higienizados. Ressaltou que, se a situação de interdição
237 perdurar, a manutenção da unidade será inviável devido à ausência de recursos
238 financeiros, já que os repasses são vinculados à presença de internos. Reiterou que a
239 manifestação perante o COMAD se dá em razão da função orientadora e fiscalizadora
240 do conselho em ações de prevenção e recuperação. Criticou o cancelamento do registro
241 junto ao CONEM, feito sem comunicação prévia, o que o obrigará a reiniciar o
242 processo. Finalizou dizendo que, embora reconheça os limites das competências do
243 COMAD, faz um apelo para que seja considerado o estado atual da instituição e sua
244 importância na luta contra a dependência química. A Presidente sugeriu solicitar uma
245 reunião com o Presidente do Conselho Municipal de Saúde para que, em futuras visitas
246 a instituições voltadas à dependência química, seja garantida a presença de um
247 representante do COMAD. Comentou ainda que, embora a presença do COMAD não
248 mudasse decisões técnicas da Vigilância Sanitária, poderia contribuir com sensibilidade
249 institucional, principalmente em relação à forma como as situações são conduzidas.
250 Demonstrou compreensão quanto ao impacto emocional e reputacional causado ao
251 conselheiro Vânio e recomendou que, havendo abuso ou divulgação indevida de
252 imagens, medidas legais sejam tomadas. O conselheiro Vânio reiterou que o Presidente
253 do Conselho de Saúde dificultou o processo de registro necessário para participação em
254 editais municipais e que, mesmo após contatos formais, não houve apoio ou diálogo
255 prévio. Criticou a condução da fiscalização, alegando que não houve transparência
256 quanto aos objetivos da visita e que não houve diálogo sobre os documentos solicitados,
257 ditos não entregues, antes de o caso ser encaminhado ao Ministério Público. Relatou
258 sentir-se atacado de forma injusta, sendo alvo de um vídeo editado com imagens e
259 narração tendenciosa, que, segundo ele, teve objetivo de desacreditar o trabalho da
260 comunidade terapêutica. Expressou preocupação com movimentos nacionais contrários
261 à existência de comunidades terapêuticas e questionou se os responsáveis pelo vídeo
262 estariam ligados a interesses que não desejam a recuperação de dependentes. O



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

13

14

263 conselheiro Vânio alertou para o impacto da interdição sobre os acolhidos, afirmando
264 que há demanda crescente por vagas e que a manutenção da paralisação pode
265 inviabilizar o funcionamento da instituição. Questionou por que instituições menores,
266 que atuam com poucos recursos e de forma precária, não recebem apoio direto do poder
267 público, propondo que ao invés de fechá-las, se amplie o apoio. Solicitou ao COMAD
268 que realize uma visita técnica com uma comissão de membros ao Desafio Jovem e que,
269 após avaliação, seja encaminhado um apelo formal à Vigilância Sanitária e ao setor
270 jurídico da Secretaria de Saúde para a desinterdição da entidade. Reforçou que a
271 estrutura está em condições adequadas, com 23 leitos prontos para uso, e que a
272 continuidade da interdição prejudica o atendimento à população em situação de
273 vulnerabilidade. A Presidente ressaltou as limitações operacionais do Conselho, que
274 conta com poucos membros, dificultando a criação de comissões específicas para visitas
275 frequentes. Sugeriu que, ao revisar a legislação do conselho, seja ampliado o número de
276 cadeiras para possibilitar maior atuação institucional. Após, o conselheiro Francisco
277 reforçou o apoio à atuação do conselheiro Vânio e destacou a importância das
278 comunidades terapêuticas no processo de recuperação de pessoas em situação de
279 vulnerabilidade. Relatou o histórico de atuação do COMAD na regulamentação e no
280 acompanhamento dessas entidades, e reiterou o desejo de que a instituição continue
281 prestando um serviço essencial ao município. Ao final de sua fala, o conselheiro Vânio
282 concluiu afirmando que o trabalho da comunidade terapêutica envolve os “3S”: Saúde,
283 ações Sociais e de Segurança pública; acolhendo pessoas em situação de rua e
284 promovendo sua reinserção. Reconheceu falhas pontuais, mas reiterou que todas já
285 foram corrigidas. Solicitou, novamente, o apoio do COMAD para a reabertura da
286 entidade. A Presidente agradeceu as manifestações, reforçou que verificará se algum
287 conselheiro se disponibiliza a comparecer à visita ao Desafio Jovem e encerrou a pauta
288 após confirmar que não havia mais manifestações sobre o assunto. A Assessora Magda
289 Pizoni, da Coordenação dos Conselhos, fez uso da palavra para repassar orientações
290 importantes aos conselheiros. Reforçou a necessidade de que todos assinem a lista de
291 presença nas reuniões, pois a ausência de registros formais tem gerado problemas em
292 diversos conselhos, tanto com representantes de entidades governamentais, quanto não
293 governamentais. Salientou que a presença apenas em fotos não é suficiente para fins
294 legais ou de controle administrativo. Destacou, ainda, que em casos de ausência, as
295 instituições devem enviar justificativas formais, preferencialmente por e-mail
296 institucional, mesmo que simplificadas. Justificativas podem incluir atestados,
297 declaração de participação em outras agendas institucionais ou documentos
298 equivalentes. Esclareceu que a presença de suplente é considerada válida para fins de
299 quórum, mas o suplente não possui direito a voto, exceto quando estiver substituindo
300 formalmente o titular. A Presidente complementou, afirmando que essas medidas visam
301 garantir a transparência e o bom funcionamento do conselho, e que situações como essa
302 têm ocorrido em diversos colegiados, com ausência de comunicação por parte dos
303 conselheiros às suas instituições. Reiterou que faltas não justificadas implicam na
304 contagem formal de ausências, e que mensagens enviadas posteriormente não têm valor
305 retroativo. O conselheiro Francisco manifestou-se a respeito da política adotada em
306 outras instâncias, mencionando que nos conselhos que participa foi implementado o



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

15

16

307 procedimento de substituição automática após duas faltas consecutivas injustificadas.
308 Informou que tal decisão foi registrada em ata e encaminhada para registro em cartório,
309 com reflexos também em organizações internacionais vinculadas ao colegiado que
310 representa. Destacou a importância do comprometimento dos membros e da
311 formalização dos registros. A Presidente reforçou sua posição institucional contrária à
312 ocorrência de três faltas consecutivas por parte de qualquer entidade, destacando que
313 isso compromete o trabalho do conselho e deve ser solucionado por meio da
314 substituição do conselheiro ou realocação institucional. Magda ainda informou que,
315 apesar de o COMAD não enfrentar esse tipo de problema com frequência, há
316 dificuldades recorrentes em outros conselhos, o que justifica a necessidade de critérios
317 objetivos. Acrescentou que diferentes conselhos possuem regras variadas quanto às
318 faltas – dois, três ou até quatro consecutivas – e que, apesar disso, a prática adotada tem
319 sido a de levar o caso à plenária para deliberação sobre substituição. Ao final, a
320 Presidente reiterou que a proposta em construção para o COMAD prevê a aplicação da
321 regra de substituição após três faltas consecutivas ou cinco intercaladas. A Presidente
322 enfatizou seu compromisso com o acompanhamento da frequência dos conselheiros,
323 informando que realiza cobranças frequentes às instituições ausentes, mesmo de forma
324 informal, para garantir o engajamento e a representatividade no colegiado. Na etapa
325 final da reunião, a presidência solicitou que os conselheiros analisassem as propostas de
326 identidade visual do COMAD, previamente enviadas no grupo de mensagens. Foram
327 apresentadas duas opções de logo. A Presidente comentou que ajustes estavam sendo
328 realizados dentro das limitações técnicas do arquivo, devido às ferramentas utilizadas
329 para edição da arte. O conselheiro Francisco destacou que a logo anterior foi fruto de
330 um processo extenso de elaboração e debate, que envolveu um período longo de
331 gestação. No entanto, a presidência esclareceu que a versão atual da logomarca já havia
332 sido aprovada, restando apenas a deliberação final sobre o uso das cores. A conselheira
333 Mariane e demais presentes reforçaram que, no estudo de cores realizado anteriormente,
334 optou-se por evitar a cor vermelha por sua possível associação a elementos como
335 sangue e conflito. A cor laranja foi preferida por seu caráter acolhedor e agregador, em
336 consonância com os princípios orientadores do conselho. O conselheiro Vânio
337 lembrou que, em outros momentos históricos de combate às drogas, a simbologia
338 utilizada era mais agressiva, com a palavra “drogas” riscada com um X, o que difere da
339 abordagem atual do conselho. Dessa forma, foi acordado que a versão da logomarca
340 com predominância azul e elementos em laranja será adotada, com possíveis ajustes
341 técnicos na tonalidade conforme viabilidade gráfica. A Presidente, então, encerrou a
342 reunião informando que, na próxima pauta, haverá apresentação da Secretaria Municipal
343 de Saúde. E eu, Giovana Mendes Beloli, lavrei-a presente ata, que após lida e aprovada,
344 será assinada por todos os presentes.

345 Katiane Figueiredo (Secretaria Municipal de Saúde);

346 Carla Fernanda Medeiros Febel (Secretaria Municipal de Educação);

347 Greice Dutra (Vigilância Sanitária);



Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre
Álcool, outras Drogas e Dependências.
CRICIÚMA | SC

17

18

348 Joelson Andreza Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social);

349 Mariane Martins Pescador (Procuradoria-geral do Município);

350 Francisco Guimarães da Rosa (Lions Club);

351 Vânio de Oliveira (Federação de Comunidades Terapêuticas de Santa Catarina –
352 FECOTESC);

353 Alba de Souza Schmitz (Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS de Criciúma – GAPAC).